

DWC P 8

Jogo Feito

Está completamente fora de foco esse debate sobre o mandato do presidente José Sarney. Trata-se de matéria vencida, qualquer que seja o ponto de vista. Ao definir o mandato dos futuros presidentes a Constituinte deixou implícito que a decisão valeria para o presidente em exercício. De outro modo, seria raciocinar casuisticamente, à maneira do autoritarismo. E, por absurdo, admitir que o mandato presidencial da transição pudesse ser também aumentado. A Constituinte é soberana, mas não casuística.

A discussão é, portanto, vazia de significado político. O debate em torno do mandato mais adequado, de 4 ou de 5 anos, já teve a sua oportunidade na Constituinte, e a opção da maioria foi pelo de 5 anos que vigorou sob a Constituição de 1946. Os defensores do mandato de 4 anos admitiam uma reeleição como avanço político sobre um velho preconceito político brasileiro.

A maioria da Constituinte preferiu o mandato de 5 anos sem reeleição. O de 4 anos vigorou desde o começo da República até 1930. Foi a prevenção contra a reeleição que levou a Constituinte de 46 a aprovar o de 5 anos. Trata-se de uma questão de princípio, que deve ser tratada como tal. A recusa de admitir a reeleição condicionou a decisão e encerrou o assunto definitivamente.

Por que então reabrir a discussão, abaixo do nível de princípio? As correntes políticas que se compõem e recompõem a cada questão na Constituinte não dignificam o seu trabalho com o casuismo que esconde propósitos subalternos num debate menor. Na verdade, o que existe e precisa ser mostrado à opinião pública é o jogo fisiológico que procura tirar vantagem de matéria ultrapassada.

O governo está também cercado de fisiologismo político na Constituinte. Os mais pressurosos em servi-lo movem-se mais pelos favores que pretendem obter do que pelo interesse público. São esses agentes do fisiologismo político que estão inventando a discussão em torno do mandato presidencial, para oferecerem préstimos áulicos e se destacarem na prestação de serviço político perfeitamente dispensável.

A esta altura dos fatos políticos, o próprio governo já está trabalhando com a perspectiva dos cinco anos que lhe cabem por isonomia. A expectativa nacional é de que a Constituinte não se rebaixaria a um jogo político menor, exatamente quando o governo toma a decisão de realinhar o desenvolvimento industrial para reinserir o Brasil na economia internacional.

A declaração do fim da etapa de substituição das importações requer atos conseqüentes na definição de uma nova ordem de valores econômicos. Tem o governo, portanto, muito que fazer para ser conseqüente, e pouco tempo para perder. De resto, no plano político, a aprovação dos 5 anos para o presidente Sarney, nas disposições transitórias da futura Constituição, não passa de homologação formal de decisão assentada para todos os futuros presidentes.

É preciso ter em conta que a sucessão presidencial prevista para 89 movimentará uma cronologia que pede urgência às decisões do governo, e reserva apenas o resto deste ano para o país respirar antes de passar à explicitação das candidaturas que vão disputar as eleições presidenciais no próximo ano. Quem quiser obter favores oficiais, trate de ser rápido porque o governo não tem tempo a perder com áulicos e criadores de dificuldades inexistentes, para vender favores desnecessários.

Tópico